

EDUCAÇÃO E AMOR MUNDI: CONTRIBUIÇÕES DE ARENDT PARA PENSAR A EDUCAÇÃO EM TEMPOS SOMBRIOS

Orion Ferreira Lima ¹
Divino José da Silva ²

RESUMO

Neste trabalho objetiva-se refletir acerca das contribuições de Arendt para a educação em tempos sombrios. Num primeiro momento pretende-se apresentar algumas considerações históricas sobre o surgimento dos regimes totalitários e o modo como a vida foi gradativamente desumanizada e cooptada pela lógica do terror e da ideologia. Num segundo momento procura-se pensar como é possível a educação em tempos sombrios. Por tempos sombrios a autora compreende o momento histórico em que há uma ruptura com a tradição, onde as categorias morais, frente às crises que atingiram as mais variadas esferas da vida, se tornaram insuficientes para conduzir a vida humana. É o momento em que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro e a mente vagueia nas trevas, sendo impossível aos homens olharem para traz, a fim de se reportarem para o futuro, uma vez que ele se apresenta obscuro. Por fim, apesar das trágicas experiências totalitárias que assolaram a humanidade e ainda ressoam em nosso tempo, defende-se, na esteira de Arendt, a ideia de que a educação constitui a forma mais potente de transformação, uma vez que opera a partir da natalidade e da responsabilidade. A cada nascimento aflora a esperança na continuidade do mundo e na dignidade da política.

Palavras-chave: Educação, Totalitarismo, Natalidade, Esperança, Política.

INTRODUÇÃO

O estudo acerca dos regimes totalitários que emergiram no século XX se insere no pensamento político de Arendt como de fundamental importância para entendermos o momento presente em que vivemos. Neste trabalho procura-se refletir sucintamente a origem, pressupostos e desdobramentos dos regimes totalitários e suas implicações para a pensar o sentido da educação em tempos sombrios.

A agenda totalitária operava a partir da lógica do terror e da ideologia e resultou na eleição de um inimigo objetivo. O racismo exercido pelos agentes de Estado constituía uma força poderosa do regime, pois definia quais vidas mereciam e quais eram consideradas

¹ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP – Campus de Presidente Prudente, orionferreira@yahoo.com.br

² Professor orientador: doutor, Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – Campus de Presidente Prudente – SP, divino.js21@uol.com.br

indignas de viver. Por meio da chamada solução final, o regime promoveu a glorificação da violência e a banalização da vida, na medida em que nos campos de extermínio a morte de milhares de judeus, ciganos, homossexuais e doentes mentais representava a morte de toda uma humanidade.

Ao comentar acerca das etapas de desumanização da vida nos campos de extermínio, Arendt nos convida a pensar neste tipo banal de mal, fruto do sistema totalitário, que tanto aos presos quanto aos carrascos têm o poder de reduzir a vida à mera função de sobrevivência, onde os corpos vagueiam como mortos-vivos, meros cumpridores de ordens e incapazes de pensar.

Num segundo momento procura-se pensar, a partir do horror provocado pelos regimes totalitários, a educação como forma de resistência ao obscurantismo que atingira a consciência, sobretudo, no que tange à responsabilidade dos educadores pelo mundo. Apesar da terrível experiência de pensar sem corrimão, ou seja, de não contar mais com as categorias morais da tradição guiando os homens, como educadores temos fé no mundo e nos recém-chegados, como uma potência de esperança na dignidade da política e na construção de um mundo comum habitável.

O presente trabalho constitui parte da pesquisa doutoral em andamento junto ao Programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente. Metodologicamente, a pesquisa procura realizar uma revisão bibliográfica, ao mesmo tempo em que se pretende estabelecer um diálogo entre os autores pesquisados em torno do tema da educação em tempos sombrios. A partir dos textos selecionados, pretende-se realizar uma leitura crítica e interpretativa das obras, valorizando ao mesmo tempo as influências históricas e culturais em que foram escritas.

Pensar a educação em tempos sombrios

A produção do pensamento político de Arendt resulta do caráter inédito das experiências de barbárie envolvendo os regimes totalitários no século XX (fascismo, nazismo e stalinismo). Em 1945, ainda sob forte impacto das bombas e do fétido cheiro dos fornos crematórios, Arendt inicia sua grande obra, que seria finalizada em 1951, intitulada *Origens do Totalitarismo*.

[...] era o primeiro momento em que se podia elaborar e articular perguntas com as quais a nossa geração havia sido obrigada a viver parte de sua vida adulta: o que havia acontecido? Por que havia acontecido? Como pôde ter acontecido? Como foi possível que uma nação como a alemã, tão devotada às

artes, às ciências, à filosofia pudesse ter provocado o terror e destruir o único possível de abrigar a existência humana. (ARENDR, 2006, p.350).

A inquietação de Arendt era justificada pelo fato de que nunca houve na história um movimento capaz de fragmentar as esferas pública e privada da vida, eliminando a liberdade e a espontaneidade da vida humana.

O regime nazista fundamentava-se em dois grandes pilares: a ideologia e o terror e se alimentava das massas. No entender de Arendt (2006), massas era um termo que se aplicava para compreender um número grande de pessoas, cujas vidas se pautavam pela apatia, indiferença política. Essas pessoas não faziam parte de nenhum partido político ou organização social e não tinham nenhum interesse comum. (Telles, 2012).

Do ponto de vista histórico, as massas surgem como resultado da Primeira Guerra Mundial que assolou a Europa e seus desdobramentos, a saber, as guerras civis, nos chamados “vinte anos de paz agitada” (Arendt, 2006). A Primeira Guerra Mundial teve o potencial de provocar o aumento considerável da inflação e do desemprego, além de migrações compulsórias, gerando um número considerável de apátridas.

O fenômeno migratório se alimentava do antissemitismo, que por sua vez teve o poder de fragmentar o tecido social e levar as pessoas a eleger um inimigo objetivo.

O antissemitismo representa, de acordo com Hannah Arendt, uma das antecipações paradigmáticas do totalitarismo na medida em que, enquanto movimento, se apoiou em dois instrumentos de poder: o uso da “mentira” e o conceito de “inimigo objetivo”, que vieram a definir no século XX, a estrutura da organização e funcionamento desta nova forma de governo e de dominação, marcada pela ubiquidade do arbítrio e pelo alcance ilimitado da violência. (LAFER, 2018, p. 150).

O regime totalitário usou da propaganda e do terror para controlar e disseminar a versão segundo a qual havia pessoas cujas vidas eram indignas de serem vividas e que poderiam colocar em risco a pureza e integridade da raça alemã.

Esse grupo de pessoas constituía o inimigo objetivo, aquele que representava potencial risco de atentar contra os interesses do Estado e, sendo assim, precisava ser repellido e eliminado, o que se deu gradativamente, por etapas, até despir o homem de sua humanidade entregando-o à mera sobrevivência.

Numa primeira etapa, o uso indiscriminado da violência e da força física começou a delinear um mundo sombrio, em que o Estado, cujo objetivo deveria ser de proteger e salvaguardar a vida de seus cidadãos, passa a persegui-los e submetê-los às condições

degradantes. Graças ao uso do terror e da propaganda ideológica, os espaços comuns de convivência, onde se desabrocha a espontaneidade e a reflexão, foram suprimidos (Arendt, 2006).

Na interpretação de Telles (2012), a disseminação da propaganda ideológica como forma de terror foi possível porque encontrou, no imenso vazio do pensamento, no desencantamento, na apatia e no indiferentismo da esfera pública, terreno fértil para se desenvolver. Contudo, não bastava ao regime simplesmente disseminar o terror por meio da propaganda mentirosa, era necessário pensar numa forma de domínio total, em que a própria lei deveria ser vista como espelho fiel do próprio movimento totalitário.

A transposição da lei da História ou da Natureza para o interior do próprio regime (Telles, 2012) permitiu com que a máquina da morte fosse produzida. Os campos de trabalhos forçados e de extermínio tornaram-se o projeto mais bem elaborado do regime nazista, na medida em que neles a vida era submetida à mais absoluta dominação e degradação como obedecendo a uma lei natural. Arendt denominou esses espaços de fabricação em massa de cadáveres vivos (Arendt, 2006). A lógica de dominação e subjugação da vida passava por três fases:

Na primeira fase o que se pretendia era a destruição da pessoa jurídica do homem, dos seus direitos civis e políticos. O ingresso nos campos representava o abandono de toda uma existência anterior dotada de direitos.

O fim do sistema arbitrário é destruir os direitos civis de toda a população, que se vê, afinal, tão fora da lei em seu próprio país como os apátridas e os refugiados. A destruição dos direitos de um homem, a morte de sua pessoa jurídica, é a condição primordial para que seja inteiramente dominado. (ARENDR, 2006, p. 502).

Na segunda fase buscava-se a destruição da pessoa moral do homem. A própria morte assume contornos nunca vistos antes na história. No entender de Telles (2012), ao ser humano lhe negada a possibilidade de tornar-se mártir, de morrer por uma causa, por um valor. Nos campos de extermínio a vida é entregue ao mais absoluto anonimato, desfazendo a relação causal entre ato e responsabilidade.

Os campos de concentração, tornando anônima a própria morte e tornando impossível saber se um prisioneiro está vivo ou morto, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada. Em certo sentido, roubaram a própria morte do indivíduo, provando que, doravante, nada – nem a morte – lhe pertencia e que ele não pertencia a ninguém. A morte apenas selava o fato de que ele jamais havia existido. (ARENDR, 2066, p. 503).

Na terceira fase o que se pretendia é a destruição da singularidade do homem, ou seja, destituí-lo de sua humanidade, de sua capacidade de empreender algo novo mundo. O regime utilizou de dispositivos de dominação e controle absoluto sobre os corpos. A análise de Arendt é refinada e nos permite perceber o *modus operandi* do exercício do poder na mais absoluta domesticação da vida.

Começam com monstruosas condições dos transportes a caminho do campo, onde centenas de seres humanos amontoam-se num vagão de gado, completamente nus, colados, uns nos outros, e são transportados de uma estação para outra, de desvio a desvio, dia após dia; continuam quando chegam ao campo: o choque bem organizado das primeiras horas, a raspagem dos cabelos, as grotescas roupas do campo, e terminam nas torturas inteiramente inimagináveis, dosadas de modo a não matar o corpo ou, pelo menos não matá-lo rapidamente. O objetivo destes métodos, em qualquer caso, é manipular o corpo humano – com as suas infinitas possibilidades de dor – de forma a fazê-lo destruir a pessoa humana tão inexoravelmente como certas doenças mentais de origem orgânica. (ARENDR, 2006, p. 504).

O nazismo se gloria em reduzir a vida a meros corpos que vagueiam, reconhecidos como mortos-vivos. A intenção do regime totalitário é tornar supérfluos os homens e incutir a crença de que a vida humana é descartável. No entender da filósofa, a finalidade do regime, “[...] não é o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos”. (ARENDR, 2006, p. 508).

A descartabilidade da vida, a sensação de superfluidade se torna o termômetro do domínio totalitário. Somente no contexto dos campos de extermínio é que a vida pode ser reduzida a mera manipulação biológica. Somente nos campos de extermínio torna-se possível emergir um tipo especial de mal, que posteriormente levou Arendt a conceituá-lo como banal.

Em suas reflexões acerca da banalidade do mal, oriunda do julgamento de Eichmann ocorrido em 1961 em Jerusalém, Arendt (2016) analisa este tipo de ser humano, fruto do sistema totalitário, que como os presos dos campos de extermínio, também se tornou uma máquina, um cumpridor de ordens, ou seja, alguém incapaz de pensar.

Para Correia (2004), o julgamento de Eichmann representou, desde o início, um desafio para Arendt. Estaria Arendt diante de um criminoso ardiloso, um “demônio”, um ser terrível ou um novo tipo de carrasco, fruto do meticuloso sistema burocrático nazista? Seria Eichmann uma vítima do sistema e, portanto, seu julgamento seria uma injustiça?

Se Eichmann era um homem comum, um “cidadão de bem”, como costumeiramente ouvimos dizer, não parecia um psicopata insano, ou mesmo um criminoso perverso, mas um homem normal, onde encontrar explicações para as atrocidades por ele cometidas?

Esse mal forjado a partir da máquina burocrática nazista e do terror totalitário é algo que aparece sem precedentes na história. É um tipo banal de mal porque é capaz de entorpecer a consciência e de tornar o homem um cadáver vivo.

[...] quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar pelo ponto de vista dos outros. Não era possível nenhuma comunicação com ele, não porque mentia, mas porque se cercava do mais confiável de todos os guarda-costas contra as palavras e a presença de outros, e, portanto, contra a realidade enquanto tal. (ARENDR, 1999, p. 62).

As reflexões de Arendt levaram-na a concluir que o mal que se encontrava em Eichmann é do tipo banal, porque não exige condições nem mesmo motivações para serem praticados, mas reside na absoluta incapacidade de pensar. É banal porque é incapaz de pensar a partir do ponto de vista do outro, nunca se colocando em seu lugar. A partir destas experiências é que Arendt foi compreendendo como se constituíam os chamados tempos sombrios que assolavam os seres humanos no século XX.

A expressão “tempos sombrios”, emprestada do filósofo Bertolt Brecht, se insere no contexto do pensamento político de Arendt como o momento histórico em que há uma ruptura com a tradição, onde as categorias morais, frente às crises que atingem as mais variadas esferas da vida, se tornaram insuficientes para conduzir a vida humana.

É o momento em que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro e a mente vagueia nas trevas, sendo impossível aos homens olharem para traz, a fim de se reportarem para o futuro, uma vez que ele se apresenta obscuro. Neste contexto insere-se também a crise na educação, que como componente importante da vida humana viu-se afetada pelos desdobramentos dos regimes totalitários.

A crise na educação vai muito além de aspectos curriculares, ou como bem lembrou Arendt (2014), saber por que João não sabe ler, ou por que Maria não sabe matemática, mas diz respeito à própria finalidade da educação e sua responsabilidade perante os recém-chegados ao mundo.

Esses recém-chegados, além disso, não se acham acabados, mas em um estado de vir a ser. Assim, a criança, objeto da educação, possui para o educador um duplo aspecto: é nova em um mundo que lhe é estranho e se encontra em processo de formação; é um novo ser humano e é um ser humano em formação. (ARENDR, 2014, p. 235).

Em tempos sombrios, o pensamento crítico digladiava com a ignorância, com o discurso vazio e incapaz de interpretar o mundo. É o momento em que a esfera pública empobrece e o

legado cultural e científico produzido pelos homens parece não mais despertar interesse comum. Pesquisadores, intelectuais, artistas e pessoas dedicadas à cultura, às artes e às ciências gritam como se estivessem no deserto, como se ninguém as ouvisse e o resultado árduo de seu trabalho é substituído pela mera opinião dos que nem sabem o que dizem.

A desertificação do espaço público manifesta-se no abandono, na descrença, na apatia dos que vivem em função de seus projetos individuais. Em termos arendtianos, assistimos a vitória do trabalho sobre a ação, ou seja, os interesses individuais e fugazes se sobrepõem aos interesses de construção de um mundo em comum.

Por trabalho, Arendt (2016) compreende a esfera da vida correspondente aos processos biológicos do corpo, à necessidade de sobrevivência, como alimentar-se, vestir-se e reproduzir-se. Por outro lado, a ação corresponde a esfera da pluralidade, na qual os homens e não o homem habitam o mundo e o constroem coletivamente. É o espaço por excelência da política, onde os homens, por meio da linguagem, celebram e elaboram pactos e conseguem se elevar para além das adversidades da esfera das necessidades biológicas, dando significado às suas ações.

A ação e a fala são tão estreitamente ligadas porque o ato primordial e especificamente humano sempre tem de responder também à questão colocada a todo recém-chegado: “Quem é você?”. A revelação de “quem alguém é” está implícita no fato de que de certo modo a ação muda não existe, ou se existe é irrelevante; sem a fala, a ação perde o ator, e o agente de atos só é possível na medida em que ele é ao mesmo tempo o falante de palavras que se identifica como o ator e anuncia o que ele está fazendo, o que fez e o que pretende fazer. (ARENDR, 2005, p. 191).

Em tempos sombrios como os que vivemos atualmente somos instigados a refletir acerca da inquietante questão: como educar em momentos em que a autoridade e a tradição perderam espaço para o senso comum e a superficialidade do pensamento?

Na esteira de Arendt, somos chamados, como educadores, a pensar a educação como uma das mais potentes formas de resistência à desertificação e desmoraonamento do mundo. Ao propor o *amor mundi*, o amor pelo mundo, Arendt aponta o caminho da responsabilidade como um oásis no deserto do mundo.

[...] o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é. Essa responsabilidade não é imposta arbitrariamente aos educadores; ela está implícita no fato de que os jovens são introduzidos por adultos num mundo em contínua mudança. (ARENDR, 2014, p. 239).

Amar o mundo implica ocupar-se dele e de tudo que o povoa, no sentido de preservá-lo das intempéries totalitárias que insistem em desfazer-se do passado e nada propor para o futuro. A educação para Arendt representa o momento em que devemos decidir se amamos o mundo o bastante para assumirmos uma atitude de responsabilidade para com ele, de modo a poder conservá-lo para os que virão depois de nós, ou se nos dedicamos somente a nós mesmos, aos nossos projetos individualistas, dedicando-nos ao ínfimo tempo que nos for concedido viver sobre esta terra.

A educação é o exato momento em que decidimos o quão suficiente é nosso amor pelos recém-chegados ao mundo, a ponto de não os expulsarmos dele, deixando-os à mercê de si mesmos. (Arendt, 2012). Acolher os recém-chegados num mundo novo é comparável a uma grande peça de teatro, onde algumas cenas já se desenrolavam antes de aparecermos e continuarão quando deixarmos o palco, restando-nos senão a opção de bem conduzir nossos papéis no tempo que nos foi previsto para atuar.

Educar em tempos sombrios exige de cada um de nós, educadores, uma profunda postura de fé perante o mundo. Por fé referimo-nos não a uma experiência mística ou teológica, mas um sentido de confiança e esperança no mundo, uma vez que “[...] a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo” (ARENDR, 2014, p. 223).

Assim, graças à categoria da natalidade que podemos acreditar no “milagre” da renovação do mundo aconteça e, ao mesmo tempo, o preserva da ruína, que como uma lei natural sobre ele se impõe, mas que também pode comprometê-lo através de atitudes de recusa e repulsa em sua continuidade e preservação, como apregoaram os regimes totalitários.

[...] a educação é uma das atividades mais elementares e mais necessárias da sociedade humana a qual não permanece nunca tal como é antes se renova sem cessar pelo nascimento, pela chegada de novos seres humanos. Acresce que, esses recém-chegados não atingiram a sua maturidade, estão ainda em devir. (ARENDR, 2014, p.235).

Neste sentido, a educação pode ser entendida como um esforço em promover a civilização a partir do compromisso com a liberdade e a recusa a quaisquer formas de violência e de ódio. A educação deve favorecer a construção de uma cultura de paz, de tolerância, de respeito e de alteridade como expressão de amor pelo mundo. Nas palavras de Schio (2013, p.208):

A civilização, enquanto oposta à barbárie e à violência, à desorganização, baseia-se na elaboração e no cumprimento de regras. E essas vão desde as mais simples, como um bom dia! como as mais severas, como “não matar”,

ou complexas, como aquelas que regem as relações do comércio exterior, por exemplo.

Se a experiência dos regimes totalitários é a experiência da solidão, do abandono e da superfluidade, a educação, por outro lado, representa o espaço do cuidado para com os recém-chegados e a crença inabalável na continuidade do mundo por meio da ação que constitui a natureza da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto intitulado *Educação após Auschwitz*, Theodor Adorno inicia sua reflexão com o seguinte imperativo: “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (ADORNO, 2006, p.119). O apelo de Adorno ressoa ainda em nossos dias como um dever ético que deve ser assumido por todos que acreditam na educação.

Aos educadores recai uma dupla responsabilidade: empreender formas de resistência aos discursos de ódio e violência que assolam as esferas da vida pública e privada; e promover a construção de uma cultura de paz, em que se valorize a diversidade e multiplicidade de manifestações de vida, como nos ensina Arendt: “A pluralidade é a lei da terra” (ARENDR, 2016, p. 19).

No decorrer deste trabalho pretendeu-se sucintamente apresentar o modo como os regimes totalitários operavam e suas implicações para a educação. Distantes há mais de 70 anos dos acontecimentos que degradaram a humanidade nos campos de extermínio, porém não indiferentes às suas consequências, somos constantemente instados a pensar acerca do sentido da educação em tempos sombrios.

Em tempos sombrios como os que vivemos atualmente, pretende-se, às custas de um discurso moralista, falsamente patriótico e amparado pela propaganda mentirosa, criar um clima de animosidade entre as instituições de Estado. O objetivo é alienar as consciências e fazê-las acreditar que há um inimigo objetivo a ser combatido internamente.

As ideologias totalitárias contemporâneas operam a partir da supressão da esfera pública, do desprezo à pluralidade de ideias e da perseguição às pessoas dedicadas ao pensamento e à educação. Os educadores tornaram-se objeto de ultraje e perseguição por parte dos que têm pouco ou nenhum apreço pelo conhecimento e pelos ideais democráticos.

O fenômeno da fascistização da vida, espreado no tecido social por meio da discriminação racial, da glorificação da violência, da negação da vida e da ciência, do discurso

de ódio contra minorias sociais e, por fim, da demonização da política e perseguição das instituições democráticas, incluindo os espaços em que se constroem os saberes e práticas necessários ao exercício da cidadania, constitui um desafio para os educadores e os convoca a pensar e empreender ações de resistência em tempos sombrios.

Nos passos de Arendt somos convidados a pensar uma educação que se responsabilize pelos recém-chegados e desenvolva uma profunda fé no mundo, a fim de poder interromper a ideologia fascista instaurada em nossos dias.

A natalidade constitui uma categoria fundamental para a educação, pois é por meio dela que renovamos o mundo e superamos o discurso da solidão, da superficialidade e da negação da vida. É por meio da natalidade que se renova a dignidade da política.

Educar em tempos sombrios exige de cada educador uma predisposição para bem entender e cumprir seu papel no mundo, conservando-o e inovando-o, a fim de poder torná-lo um espaço de liberdade e pluralidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Divino José da Silva por toda dedicação em acompanhar esta pesquisa e contribuir com suas observações e apontamentos profícuos. Aos alunos que nos ensinam o valor inestimável de ensinar e renovam a cada dia a nossa esperança no mundo, meus mais sinceros agradecimentos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 4ª edição, Editora: Paz e Terra, 2006.
- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 13. ed. rev. Revisão de Tradução de Adriano Correia. Introdução de Margareth Canovan. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ARENDDT, Hannah. A Crise na Educação. In: **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Nova Perspectiva, 2014.
- ARENDDT, Hannah. Trabalho, obra, ação. Tradução de Adriano Correia. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, vol. 2, n.7, p. 187- 213, 2006c.

CORREIA, Adriano. Crime e responsabilidade: a reflexão de Hannah Arendt sobre o direito e a dominação totalitária. In: DUARTE, André et al. (Org.). **A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 83-98.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder.** São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SCHIO, Sonia Maria. Hannah Arendt: educação grega ou romana? **Argumentos**, v. 5, n. 9, p. 205-215, 2013.

TELLES, Edson. A Crítica de Arendt aos Direitos Humanos. In: BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino; REIS, Martha (Org.). **Educação, Direitos Humanos e Exclusão Social.** Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 67-79.